Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

29/08/2012

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1
   1.2. CNJ..... 2 - 3
   1.3. EXECUÇÃO PENAL..... 4
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. DECISÕES..... 5 - 6
   2.2. EXECUÇÃO PENAL..... 7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. COMARCAS..... 8
   3.2. DESEMBARGADORES..... 9
   3.3. EXECUÇÃO PENAL..... 10 - 11
   3.4. OUVIDORIA..... 12
   3.5. VARA CRIMINAL..... 13
   3.6. VARA CÍVEL..... 14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AÇÕES TJMA..... 15 - 16
   4.2. CASO DÉCIO SÁ..... 17 - 19
   4.3. DECISÕES..... 20 - 22
   4.4. EXECUÇÃO PENAL..... 23
   4.5. OUVIDORIA..... 24
   4.6. VARA CRIMINAL..... 25
5. JORNAL EXTRA
   5.1. VARA CRIMINAL..... 26
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. EXECUÇÃO PENAL..... 27
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. DECISÕES..... 28 - 29
   7.2. OUVIDORIA..... 30
   7.3. PRISÃO..... 31
   7.4. PUBLICIDADE LEGAL..... 32
   7.5. VARA CRIMINAL..... 33 - 34

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA instala Centro de Solução de Conflitos em Imperatriz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instala nesta segunda-feira (3), às 10h, o segundo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Imperatriz. A nova unidade da Justiça estadual vai orientar a comunidade e atender juizados e varas das áreas Cível, Fazendária, Previdenciária e de Família por meio de audiências de conciliação e mediação. O centro terá como endereço o prédio da FACIMP (Av. Presidente de Morais, s/n.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Em defesa da celeridade das ações de improbidade e corrupção

O Conselheiro do CNJ Gilberto Valente Martins defendeu prioridade no julgamento de ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública, de forma a garantir solução mais célere e eficiente para esses casos. "Se enfrentarmos a corrupção e ações de improbidade de forma firme e rápida evitaremos que organizações criminosas se instalem e prosperem no Brasil", afirmou o conselheiro durante o 60° Encontro dos Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal (Encoge), realizado em Maceió/AL.

Martins conclamou os membros do Judiciário a definirem uma agenda positiva de enfrentamento a essas ações. Ele pediu aos corregedores dos tribunais de justiça que cobrem dos juízes de primeiro grau maior agilidade na apreciação e no julgamento de processos dessa natureza. Segundo ele, hoje a quantidade de fases recursais admitidas no processo penal faz que o acusado com um bom advogado consiga arrastar por 10 ou 15 anos o andamento de um processo na Justiça. Nos casos de improbidade administrativa, um processo chega a tramitar por cerca de seis anos apenas na primeira instância, criticou Martins.

Organizações criminosas

Na palestra proferida para os corregedores, Gilberto Martins salientou também a importância de se garantir a proteção necessária para os magistrados que julgam casos envolvendo organizações criminosas. Ele destacou o avanço obtido com a Lei 12.694, aprovada em julho deste ano, que permite à Justiça formar um colegiado de juízes para decidir sobre qualquer ato processual relativo a crimes praticados por organizações criminosas. No entanto, criticou o artigo da norma que confere à polícia judiciária a atribuição de decidir sobre a necessidade ou não de determinado juiz contar com segurança reforçada ou especializada, ponto este considerado um retrocesso pelo conselheiro.

Mandados de prisão

No final da tarde de quinta-feira (23/8), o Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, Erivaldo Ribeiro, que também participou do 60° Engoge, pediu aos corregedores estaduais de tribunais que ainda não estão conectados ao Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) que promovam essa integração. O BNMP, coordenado pelo CNJ, começou a vigorar no início deste ano e reúne informações sobre os mandados de prisão pendentes de cumprimento no País.

Além de conferir transparência, o BNMP facilita a execução dos mandados pelos operadores de segurança pública, pois permite a prisão de procurados a partir da certidão expedida pela Internet. "Nunca houve um banco de dados confiável sobre a quantidade de mandados pendentes de cumprimento no Brasil. Por isso a importância de os tribunais firmarem parcerias com as polícias locais, de forma a garantir a integração ao sistema", destacou Ribeiro. Há atualmente no sistema mais de 87 mil mandados de prisão aguardando cumprimento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Juízas se reúnem com Governador do Piauí

A inserção dos adolescentes em conflito com a lei na rede pública de ensino e no mercado de trabalho do Piauí ganhará mais prioridade. Foi o que assegurou o Governador do Estado, Wilson Martins, às Juízas Auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Coordenadoras do Programa Justiça ao Jovem Cristiana Cordeiro e Joelci Diniz, em reunião na quarta-feira (22/8). O encontro com o chefe do Poder Executivo piauiense foi o último compromisso das magistradas, que desde segunda-feira (20/8) se encontravam- no Estado para avaliar as condições do sistema socioeducativo.

Em novembro de 2010, equipes do Programa Justiça ao Jovem – instituído pelo CNJ para avaliar a execução do sistema socioeducativo de internação no Brasil – visitaram todas as unidades para adolescentes em conflito com a lei no Piauí. O trabalho resultou em um relatório, com os principais problemas e recomendações para saná-los.

Infância e Juventude é prioridade

As magistradas explicaram ao governador que a área da infância e juventude é uma prioridade da gestão do atual Presidente do CNJ, Ministro Ayres Britto. E que esta segunda visita tem, portanto, o objetivo de averiguar quais medidas já foram adotadas para melhorar o atendimento prestado aos jovens internados por envolvimento em atos infracionais. "Se o adolescente chegou até a internação é porque a família, o Estado e a sociedade falharam com ele. Essa fase, portanto, é uma das mais importantes", afirmou Cristiana, destacando a necessidade de as políticas voltadas para os jovens estarem integradas.

Segundo a magistrada, falta diálogo entre as diversas secretarias. "Temos percorrido algumas unidades e observamos falha na comunicação entre as secretarias. Por exemplo, no Centro Educacional de Internação Provisória, que visitamos ontem (terça-feira, 21/8), havia consultórios, mas faltavam profissionais", explicou a juíza auxiliar, para quem, nesse caso, deveria haver mais integração entre a secretaria responsável pelo sistema socioeducativo e a secretaria de saúde.

Capacitação profissional

Presentes à reunião, o Diretor de Medidas Socioeducativas, Etevaldo Brito, e o Secretário Estadual de Educação, Atila Freitas Lira, discutiram formas de integrar as políticas destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, por meio da capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. O governador se comprometeu a dar prioridade a essa área.

Wilson Martins anunciou também outras medidas de apoio à infância e juventude. Uma delas é a criação da coordenadoria de enfrentamento ao crack e outras drogas até o fim do ano. Ele se comprometeu ainda a manter maior diálogo com os municípios, responsáveis pela destinação das verbas em áreas sociais, para que as políticas atinjam os jovens em situação de risco.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Detentos provisórios de Pedreiras serão transferidos

Secretário Sérgio Tamer reunido com a juíza Gabriela Everton, promotora [illegible] e representantes da Apac

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o final deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município, foi definida em reunião, realizada segunda-feira (27), entre o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; a juíza da Comarca de Pedreiras, Gabriela Everton; a promotora da cidade, Lana Barros Pessoa; e representantes da Apac.

O superintendente de Estabelecimentos Penais do Interior, Afrânio Feitosa, disse que os internos serão transferidos para a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, a de Santa Inês e o estabelecimento de Rosário.

Para dar início às transferências, Afrânio Feitosa disse que, até o final deste mês, entre 10 a 20 internos serão levados para a unidade carcerária de Bacabal. Na ocasião foi discutida a melhor forma de funcionamento do método Apac. Criada com o objetivo de devolver a dignidade e promover a ressocialização dos presos, o método atua com ações voltadas para presos sentenciados.

A juíza de Pedreiras, Gabriela Everton, destacou que após a remoção dos detentos, o prédio será organizado para que o método Apac seja aplicado em sua totalidade seguindo os moldes de Minas Gerais, onde a filosofia Apac nasceu.

Gabriela Everton declarou que a Apac vai poder fazer um trabalho ainda mais eficaz. "Será feito uma ação efetiva de recuperação do apenado", pontuou. Para a promotora Lana Barros falou que a reunião foi muito positiva. Segundo ela, foi concretizada uma nova realidade pela qual a Apac passará. "Temos a certeza de que o método Apac será definitivamente implantado em Pedreiras", ressaltou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AO JUDICIÁRIO

DELEGADOS QUE INVESTIGAM GRILAGEM EXPÕEM ANDAMENTO DO INQUÉRITO

Em reunião realizada na tarde de segunda-feira (27), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a delegada-geral da Polícia Civil, Teresa Cristina Menezes, o superintendente de Polícia Civil da Capital, Sebastião Uchoa, os delegados que integram a comissão que investiga os crimes de grilagem de terras nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, fizeram uma ampla explanação sobre o andamento do inquérito à juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Alice Prazeres, que representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e aos magistrados dos três municípios.....PÁGINA 3

Delegado que preside a comissão, Carlos Alberto Damasceno

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AO JUDICIÁRIO

Delegados que investigam grilagem expõem andamento do inquérito

Em reunião realizada na tarde de segunda-feira (27), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a delegada-geral da Polícia Civil, Teresa Cristina Menezes, o superintendente de Polícia Civil da Capital, Sebastião Uchoa, os delegados que integram a comissão que investiga os crimes de grilagem de terras nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, fizeram uma ampla explanação sobre o andamento do inquérito à juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Alice Prazeres, que representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e aos magistrados dos três municípios.

O delegado que preside a comissão, Carlos Alberto Damasceno, ilustrou suas explicações através de slides, mostrando a genealogia do crime de grilagem principalmente nas áreas do Araçagi e Maioba, que data de 1979, com respaldo dos cartórios onde ocorriam as fraudes nas documentações.

Além do delegado Damasceno, também compõem a comissão os delegados Joviano Furtado e Pedro Adriano. "Os lotes eram comercializados seguidas vezes para diversas pessoas, sem que os compradores pudessem tomar posse dos imóveis, porque havia a interferência de 'jagunços' e só virava proprietário quem os grileiros queriam", disse o delegado Damasceno. O delegado também relatou que muitos loteamentos detinham mais de uma matrícula.

Delegado Carlos Alberto Damasceno

"É uma tarefa árdua, que exige muita paciência, porque o crime de grilagem nesses municípios é algo que nunca tínhamos visto antes", destacou o delegado Sebastião Uchoa, garantindo que o inquérito está em fase conclusiva.

Uchoa ressaltou que estão sendo realizadas as últimas perícias documentais em livros de cartórios, enfatizando que várias pessoas já prestaram depoimentos. Ele disse ser importante esse contato com a Justiça, para que a magistratura tenha amplo conhecimento do andamento da peça informativa.

MORTE DO EMPRESÁRIO - O delegado Sebastião Uchoa acrescentou, ainda, que o fio do novelo que provocou a descoberta dessa meada de crimes imobiliários foi puxado após o assassinato do empresário Maggion Lanyere Ferreira Andrade, executado a tiros na manhã de 14 de outubro de 2011, no Araçagi.

Participaram da reunião os juízes Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, Marcio José Carlos Martins Costa, da 3ª Vara de São José de Ribamar, Ana Cristina Araújo, que responde pela 2ª Vara de São José de Ribamar, Vanessa Clemente Sousa, da 2ª Vara de Paço do Lumiar, e Joelma Sousa Santos, do Juizado Especial de Paço do Lumiar, e Rafaella Saif, juíza da comarca de Raposa.

De acordo com a juíza Alice Prazeres, os delegados fizeram uma boa explanação dos fatos relacionados ao inquérito que apura irregularidades em registros públicos, mostrando a real situação da investigação ao Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Detentos provisórios de Pedreiras serão transferidos

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o final deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município, foi definida em reunião, realizada segunda-feira (27), entre o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; a juíza da Comarca de Pedreiras, Gabriela Everton; a promotora da cidade, Lana Barros Pessoa; e representantes da Apac.

Sérgio Tamer reunido com a juíza Gabriela Everton, promotora Lana Barros e representantes da Apac

O superintendente de Estabelecimentos Penais do Interior, Afrânio Feitosa, disse que os internos serão transferidos para a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, a de Santa Inês e o estabelecimento de Rosário.

Para dar inicio às transferências, Afrânio Feitosa disse que, até o final deste mês, entre 10 a 20 internos serão levados para a unidade carcerária de Bacabal. Na ocasião foi discutida a melhor forma de funcionamento do método Apac. Criada com o objetivo de devolver a dignidade e promover a ressocialização dos presos, o método atua com ações voltadas para presos sentenciados.

A juíza de Pedreiras, Gabriela Everton, destacou que após a remoção dos detentos, o prédio será organizado para que o método Apac seja aplicado em sua totalidade seguindo os moldes de Minas Gerais, onde a filosofia Apac nasceu.

Gabriela Everton declarou que a Apac vai poder fazer um trabalho ainda mais eficaz. "Será feito uma ação efetiva de recuperação do apenado", pontuou. Para a promotora Lana Barros falou que a reunião foi muito positiva. Segundo ela, foi concretizada uma nova realidade pela qual a Apac passará. "Temos a certeza de que o método Apac será definitivamente implantado em Pedreiras", ressaltou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

"DOE UM BRINQUEDO"

Fórum de Açailândia promove campanha de solidariedade

O fórum da comarca de Açailândia está promovendo a campanha "Doe um Brinquedo", direcionada a magistrados, servidores e comunidade, e que tem o objetivo de montar uma brinquedoteca. A campanha foi criada pela Divisão Psicossocial do fórum, entendendo que para realizar as avaliações psicológicas infantis solicitadas pelos juízes, é necessário o uso de brinquedos, fazendo a criança se sentir mais à vontade. Os brinquedos e jogos podem ser entregues na divisão Psicossocial ou na Diretoria do Fórum.

É a primeira vez que a comarca realiza uma campanha dessa natureza. A iniciativa está sendo veiculada na imprensa local. De acordo com a equipe multidisciplinar da unidade judicial, através do brincar a criança pode expressar conteúdos que não poderia através somente de entrevista.

Na visão das profissionais da divisão psicossocial, a brinquedoteca vai contribuir em uma melhor avaliação das crianças envolvidas nos processos. A comarca já contava com uma analista judiciária da área de Serviço Social e recebeu, posteriormente, outra analista, da área de Psicologia.

A equipe é forma pelas analistas judiciárias Diana Batisttel Kamm, psicóloga, e Viviane Carvalho Franco, assistente social. A campanha "Doe um Brinquedo" ocorre até o dia 5 de outubro. Ainda segundo informações da comarca, no dia 11 de outubro, os brinquedos que não forem aproveitados na brinquedoteca serão doados para as creches da cidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Simulação de democracia não serve aos advogados...

Por Charles Dias*

A defesa da moralidade pública, das liberdades democráticas e da própria cidadania depende da existência de instituições igualmente livres, independentes e cidadãs, fazendo jus à legitimidade a elas assegurada pelo sistema constitucional.

Causa surpresa aos advogados a postura da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, que - além de não garantir aos profissionais de advocacia do Estado o direito de escolher democraticamente os candidatos ao Quinto Constitucional - vem adiando, sem justificativa plausível, a formação, pelo Conselho Seccional, da lista sêxtupla que será enviada ao Tribunal de Justiça do Maranhão, com vistas ao preenchimento da vaga destinada à instituição na Corte estadual de Justiça.

O estranho comportamento tem sido reverberado entre os advogados que criticam o silêncio complacente da entidade. A OAB precisa sair do buraco da contradição interna, que retira da classe o direito de ver o novo representante da advocacia ocupar a vaga reservada ao Quinto Constitucional - Instituto previsto no artigo 94 da Constituição Federal, que estabelece a destinação de 20% das vagas existentes em Tribunais a advogados e membros do Ministério Público.

Quais interesses estariam por trás desse silêncio injustificável em relação à escolha e o envio da lista sêxtupla ao Tribunal de Justiça?

A Seccional precisa entender que a norma constitucional que deu à OAB um papel de inegável importância na defesa da cidadania e da Justiça, exige também a implantação de uma democracia real e efetiva dentro da instituição, evitando que interesses políticos alheios à classe se sobreponham às questões maiores da advocacia.

A demora na formação e envio da lista sêxtupla ao Tribunal de Justiça é uma questão nevrálgica que a OAB do Maranhão vem se negando a enfrentar. Tal atitude ajuda a retirar a expressividade da entidade perante as instituições na cena estadual e nacional, enfraquecendo as posições da advocacia junto ao Poder Judiciário e tirando da Ordem o papel de protagonista dos acontecimentos mais importantes na área jurídica no Estado.

A fraqueza político-institucional da OAB pode refletir perigosamente em perdas diretas para a advocacia, em prejuízo dos seus filiados. Para mostrar que a entidade quer ou pretende ser aberta, democrática e realmente representativa dos advogados seria interessante que o próprio Conselho Seccional se autoconvocasse para efetivar o processo de votação da lista sêxtupla, uma vez que este tem prerrogativa para tal procedimento.

Afinal, os advogados não podem ficar a mercê da boa vontade da entidade, que tenta a todo custo arrefecer até mesmo o processo eleitoral que resultará na escolha dos novos dirigentes da entidade, uma vez que - embora o Conselho Federal da instituição tenha publicado Provimento sobre o assunto (n.º 146/2011), em novembro do ano passado - não foi publicado até agora uma linha sequer sobre o assunto orientando os advogados sobre as regras do pleito que ocorrerá em novembro próximo.

A Ordem é entidade representativa dos advogados e a estes tem a obrigação de explicar a demora na formação da lista sêxtupla. Só assim haverá transparência no processo de escolha, evitando-se o compadrio de nefastas interferências do poder político, do poder econômico e dos esquemas corruptos, que desmoralizam as indicações, em detrimento dos interesses da Justiça e da advocacia. A simulação de democracia não serve a ninguém e muito menos aos advogados.

***Charles Dias é advogado criminalista**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Setenta detentos da UPR em Pedreiras serão transferidos até dezembro

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o final deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Setenta detentos da UPR em Pedreiras serão transferidos até dezembro

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o final deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município, foi estabelecido em reunião realizada na última segunda-feira, 27, entre o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; a juíza da Comarca de Pedreiras, Gabriela Everton; a promotora da cidade, Lana Barros Pessoa; e representantes da Apac.

O superintendente de Estabelecimentos Penais do Interior, Afrânio Feitosa, disse que os internos serão transferidos para a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, a de Santa Inês e o estabelecimento de Rosário.

Para dar inicio às transferências, Afrânio Feitosa disse que, até o final deste mês, entre 10 a 20 internos serão levados para a unidade carcerária de Bacabal. Na ocasião foi discutida a melhor forma de funcionamento do método Apac. Criada com o objetivo de devolver a dignidade e promover a ressocialização dos presos, o método atua com ações voltadas para presos sentenciados.

Trasnferência foi definida durante reunião

A juíza de Pedreiras, Gabriela Everton, destacou que após a remoção dos detentos, o prédio será organizado para que o método Apac seja aplicado em sua totalidade seguindo os moldes de Minas Gerais, onde a filosofia Apac nasceu.

Gabriela Everton declarou que a Apac vai poder fazer um trabalho ainda mais eficaz. "Será feito uma ação efetiva de recuperação do apenado", pontuou. Para a promotora Lana Barros falou que a reunião foi muito positiva. Segundo ela, foi concretizada uma nova realidade pela qual a Apac passará. "Temos a certeza de que o método Apac será definitivamente implantado em Pedreiras", ressaltou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Moradores da Cohab reclamam de lentidão processual em juizados

Denúncias relacionadas à pedofilia, bullying e morosidade processual foram tratados pelo desembargador Lourival Serejo, coordenador da Ouvidoria do Poder Judiciário, na audiência pública no Centro Social Urbano da Cohab, ontem, terça-feira (28), com lideranças comunitárias do bairro e comunidades vizinhas.

Os moradores relataram situações de abusos nas áreas dos direitos à saúde e educação, relações de consumo, meio ambiente, infância e adolescência e fizeram reclamações direcionadas ao poder público e ao Tribunal de Justiça. As reclamações foram feitas publicamente e por escrito.

Segundo o ouvidor, o trabalho da Ouvidoria de ir aos bairros ouvir os moradores demonstra nova atitude da magistratura de romper o isolamento e a distância dos gabinetes, admitir erros, ouvir a população e dar resposta às suas reclamações. "A ética exige de nós servir mais e melhor e participar da vida da comunidade, sem formalidades", explicou Serejo.

José Carlos Ferreira, residente no Jardim Araçagi, reclamou da demora na sentença judicial no Juizado local em um processo movido há cinco anos contra a General Motors. O casal comprou um veículo em 2006, e, com menos de seis meses, o carro sofreu teve o eixo danificado e o casal foi obrigado a pagar o conserto, após a recusa da montadora em arcar com as despesas. "Eu só quero que o meu problema tenha solução", disse a esposa Januária.

Uma professora do parque Aurora transmitiu ao desembargador a preocupação dos pais de dois internos da Funac do Anjo da Guarda, que foram ameaçados de morte pela família de um agressor acusado de pedofilia contra esses e outros meninos no município de Paulino Neves. "Essa denúncia deve ser feita ao Conselho Tutelar e ao ministério Público estadual", orientou o desembargador.

MOROSIDADE - De janeiro a junho chegaram 801 reclamações na Ouvidoria do TJMA, a maioria contra a Justiça. Entre as manifestações, 532 foram contra a morosidade processual. Essas e outras denúncias são recebidas por telefone, e-mail ou feitas presencialmente, na sede do órgão no Shopping Jaracati.

Audiências - Este ano, a Ouvidoria realizou audiências públicas na Cidade Operária (13/04), em São Luís, e nas cidades de Santa Inês (6/3) e Imperatriz (13/4). A reunião na Cohab, que congrega um dos maiores núcleos populacionais da capital, foi uma das mais participativas, segundo a coordenação do evento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

GRILAGEM NO MA

Delegados divulgam andamento de inquérito à CGJ

Delegados expõem à Corregedora o andamento das investigações

Em reunião realizada na tarde da última segunda-feira (27), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a delegada-geral da Polícia Civil, Teresa Cristina Menezes, o superintendente de Polícia Civil da Capital, Sebastião Uchoa, os delegados que integram a comissão que investiga os crimes de grilagem de terras nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, fizeram uma ampla explanação sobre o andamento do inquérito à juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Alice Prazeres, que representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e aos magistrados dos três municípios.

O delegado que preside a comissão, Carlos Alberto Damasceno, ilustrou suas explicações através de slides, mostrando a genealogia do crime de grilagem principalmente nas áreas do Araçagi e Maioba, que data de 1979, com respaldo dos cartórios onde ocorriam as fraudes nas documentações.

Além do delegado Damasceno, também compõem a comissão os delegados Joviano Furtado e Pedro Adriano. "Os lotes eram comercializados seguidas vezes para diversas pessoas, sem que os compradores pudessem tomar posse dos imóveis, porque havia a interferência de 'jagunços' e só virava proprietário quem os grileiros queriam", disse o delegado Damasceno. O delegado também relatou que muitos loteamentos detinham mais de uma matrícula.

"É uma tarefa árdua, que exige muita paciência, porque o crime de grilagem nesses municípios é algo que nunca tínhamos visto antes", destacou o delegado Sebastião Uchoa, garantindo que o inquérito está em fase conclusiva.

Uchoa ressaltou que estão sendo realizadas as últimas perícias documentais em livros de cartórios, enfatizando que várias pessoas já prestaram depoimentos. Ele disse ser importante esse contato com a Justiça, para que a magistratura tenha amplo conhecimento do andamento da peça informativa.

Morte do empresário - O delegado Sebastião Uchoa acrescentou, ainda, que o fio do novelo que provocou a descoberta dessa meada de crimes imobiliários foi puxado após o assassinato do empresário Maggion Lanyere Ferreira Andrade, executado a tiros na manhã de 14 de outubro de 2011, no Araçagi.

De acordo com a juíza Alice Prazeres, os delegados fizeram uma boa explanação dos fatos relacionados ao inquérito que apura irregularidades em registros públicos, mostrando a real situação da investigação ao Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

REUNIÃO

Corregedoria discute propostas de metas para varas cíveis de SL

O objetivo principal da reunião foi o de calcular e estabelecer metas

Calcular e estabelecer metas a serem atingidas pelas atuais varas cíveis de São Luis, bem como pelas que serão instaladas em breve: este foi o objetivo da reunião entre o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e os juízes das varas cíveis da capital. O encontro foi realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa, no final da tarde da última segunda-feira (27).

Antes de o corregedor iniciar a explanação sobre o planejamento traçado, os juízes debateram sobre alguns problemas inerentes às varas, que resultam em demora na resolução de processos. "O que nos espanta hoje é a quantidade de ações que entra nas secretarias das varas. Praticamente tudo o que acontece vira motivo para entrar na Justiça. Na busca de melhora da prestação jurisdicional nós devemos nos concentrar na origem e não nos efeitos", observou o juiz Gervásio Santos, titular da 6ª Vara Cível, na qual tramitam mais de 4.500 processos.

Ao iniciar a reunião, o corregedor Cleones Cunha apresentou um estudo feito pela CGJ, o qual continha dados sobre o histórico de julgamentos, bem como números sobre a distribuição e acervo processual nas varas cíveis da capital referentes a este ano, dados obtidos através do Relatório Mensal de Atividades e do programa Themis PG. De acordo com Cleones, o trabalho apresentado aos juízes servirão de base para calcular metas a serem atingidas pelas atuais varas cíveis e pelas que ainda serão instaladas.

Os dados serão utilizados, ainda, para calcular a previsão de quantos meses as varas cíveis atuais ficarão sem ter processos distribuídos, ou terão distribuição diferenciada, a partir da instalação das novas varas. "Temos uma média altíssima de julgamentos em todas as varas cíveis, então, como fazer pra diminuir o acervo processual dessa área que é o grande gargalo da Justiça? Então é para isso que estamos aqui, para encontrar soluções e acreditar que, com essas seis novas varas, a situação será outra daqui a algum tempo", colocou Cleones Cunha.

Propostas - O corregedor apresentou algumas propostas no sentido de melhorar o quadro nas varas cíveis. A primeira delas: a paralisação de distribuição para as varas anteriores à instalação das novas unidades cíveis, apresentando, em seguida, o cálculo da projeção de distribuição e acervo das novas varas cíveis.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Guerreiro Júnior diz que a conciliação é uma estratégia importante

Centro de Solução de Conflitos será instalado dia 3

Unidade da Justiça orientará a comunidade de Imperatriz e atenderá juizados e Varas via audiências de conciliação e mediação

IMPERATRIZ - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) instalará o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na segunda-feira (3), às 10h, em Imperatriz. A nova unidade da Justiça estadual vai orientar a comunidade e atender juizados e varas das áreas Cível, Fazendária, Previdenciária e de Família por meio de audiências de conciliação e mediação. O centro terá como endereço o prédio da Faculdade de Imperatriz (Facimp), na Avenida Prudente de Morais, s/n.

"Os centros desburocratizam a Justiça e facilitam o acesso do cidadão, pois funcionam com base na política proativa de conciliação, que deve ser incentivada pelo Judiciário, a exemplo do que faz a gestão do presidente do TJ, Guerreiro Júnior", explicou o desembargador José Luiz de Almeida, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, responsável pela instalação dos centros no estado.

Cinco centros judiciários de solução de conflitos e cidadania serão instalados no Maranhão neste semestre, confirma Guerreiro Júnior.

Além de Imperatriz, outros quatro serão instalados em São Luís: no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), no prédio da creche Judith Pacheco do TJ (Rua do Egito) e nos campi da Universidade Ceuma do Renascença e da Cohama.

"A conciliação é uma estratégia também importante para um Judiciário célere. O Tribunal de Justiça do Maranhão vai continuar investindo na implantação e bom funcionamento dos centros, porque entende que o cidadão e a Justiça têm muito a ganhar com essa prática", acredita o presidente.

O juiz Alexandre Lopes de Abreu, coordenador do núcleo, disse que a equipe está em busca de parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de conciliação.

Parcerias - O grupo já reuniu representantes do Banco do Brasil, do Bradesco, da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) e da Vivo, para estabelecer parcerias e discutir as demandas processuais de cada instituição, que serão negociadas e solucionadas nos Centros Judiciários.

"Os parceiros estão cientes da forma como os centros vão trabalhar e fazem o levantamento das suas pendências. Num primeiro momento, vamos atacar as demandas processuais em andamento nos juizados e varas cíveis. Pretende-se que esse tipo de negociação ocorra também em comarcas onde existam demandas por parte de empresas interessadas na parceria", adiantou o juiz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Homenagem

A exposição "A Justiça e a Cidade", promovida pelo Poder Judiciário, em homenagem ao quarto centenário de São Luís; será uma das atrações da "Feira Cultural São Luís 400 Anos", que o Serviço Social da Indústria do Maranhão (Sesi) realiza neste sábado, 1º, das 8h às 12h, no seu Centro Social do Araçagi.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Polícia confirma elo de advogado com agiotagem

A delegada-geral Maria Cristina Meneses confirmou ontem o envolvimento do advogado Ronaldo Ribeiro com a rede de agiotas que mandou matar o jornalista Décio Sá. **Polícia 6**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Polícia vê ligação de advogado com rede de agiotagem no MA

Delegada-geral diz que investigações comprovaram a ligação direta do advogado Ronaldo Ribeiro com a quadrilha de agiotas, liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, indiciado como mandante da morte do jornalista Décio Sá

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A delegada-geral de Polícia Civil do Maranhão, Maria Cristina Meneses, confirmou ontem a ligação direta do advogado Ronaldo Ribeiro - responsável pela defesa de prefeituras municipais no estado em dezenas de causas - com a rede de agiotagem que encomendou e financiou a morte do jornalista Décio Sá. Segundo Meneses, o defensor já teve prisão preventiva solicitada à Justiça e que só deve ser expedida após a análise da documentação apreendida sexta-feira (24), no escritório e na casa do investigado, localizados na Península da Ponta d'Areia.

"Essa ligação do advogado Ronaldo Ribeiro com a agiotagem já ficou comprovada durante o inquérito que investigou a morte de Décio Sá. Entretanto, a comissão de delegados, naquele momento, tinha como prioridade a elucidação do crime de homicídio. Sexta-feira (24), munidos de ordens judiciais, a Polícia Civil foi aos dois endereços do advogado para colher documentos e computadores que pudessem solidificar ainda mais o envolvimento do defensor com os crimes de desvio de verbas públicas municipais, estaduais e federais", disse a delegada.

Divulgação

Ronaldo Ribeiro é investigado por sua ligação com a agiotagem

Na última semana, informações não oficiais deram conta de que a Justiça teria negado um pedido de prisão em desfavor de Ronaldo Ribeiro, por entender que contra ele não havia elementos suficientes que justificassem a sua reclusão. Ontem, porém, Maria Cristina Meneses deixou claro que a posição negativa do Poder Judiciário quanto à prisão do advogado se deu apenas pelo aguardo da análise dos documentos apreendidos em seu escritório e em sua casa. "A Justiça também aguarda essa análise no sentido de decidir pe-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Mais

O resultado da análise do material apreendido nos endereços do advogado Ronaldo Ribeiro será encaminhado à juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri da capital, responsável pelo acompanhamento do caso Décio Sá. Segundo informações não confirmadas pela polícia, foram apreendidos no escritório e na casa do defensor cheques de várias prefeituras e documentos suficientes para encher caixas de arquivos. Para não comprometer os trabalhos jurídicos com os clientes de Ronaldo Ribeiro, a polícia não recolheu todos os computadores, apenas fez *back-ups* dos HDs das máquinas.

la prisão preventiva do advogado", disse a delegada-geral.

Provas - Maria Cristina Meneses também deixou claro que, no decorrer do inquérito que apurou o assassinato de Décio Sá, porém, nenhum indício ou prova foram encontrados que pudessem incriminar o advogado no crime de homicídio. Quanto aos crimes de agiotagem, a chefe da Polícia Civil afirma não ter dúvidas. "Todo o trabalho desenvolvido até o momento pelos investigadores, acompanhados de representantes do Ministério Público, confirma a ligação direta de Ronaldo Ribeiro com a quadrilha de agiotas que planejou e executou a morte do jornalista", concluiu Cristina Meneses.

Durante as investigações sobre a morte de Décio Sá, Ronaldo Ribeiro é citado em depoimentos no esquema do empresário agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, preso e indiciado como um dos mandantes e financiadores da morte do blogueiro. Nos depoimentos colhidos pela Polícia Judiciária, o nome do defensor aparece como uma espécie de recepcionista, em seu escritório, de pelo menos um encontro entre o agiota e o também empresário José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos, um dos principais intermediadores da morte do jornalista.

Na ocasião, conforme as oitivas, foram tratados assuntos referentes ao pagamento pelo assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado com três tiros na cabeça, no início da manhã do dia 31 de março deste ano, no centro comercial de Teresina-PI. Outro encontro ocorrido no escritório de Ronaldo Ribeiro, segundo a Polícia Civil, foi o do agiota Gláucio Carvalho com o próprio Décio Sá, no sentido de pedir ao repórter da editoria de Política de **O Estado** a não continuar publicando matérias sobre sua relação com esquemas de agiotagem.

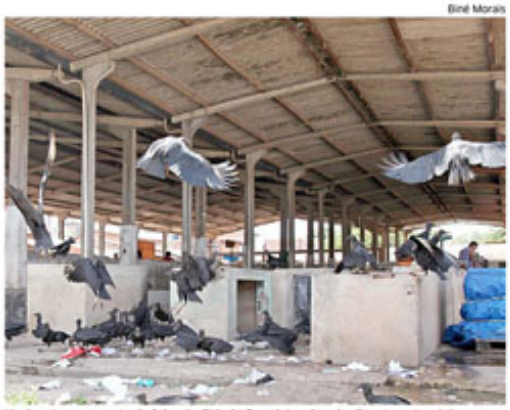
Após a confirmação do envolvimento de Ronaldo Ribeiro com a rede de agiotagem, segundo concluiu a Polícia Civil, **O Estado** insistiu, mas não conseguiu encontrar o causídico em nenhuma das ligações feitas a seus telefones pessoais para falar sobre o assunto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça definirá controle da feira da Cid. Operária

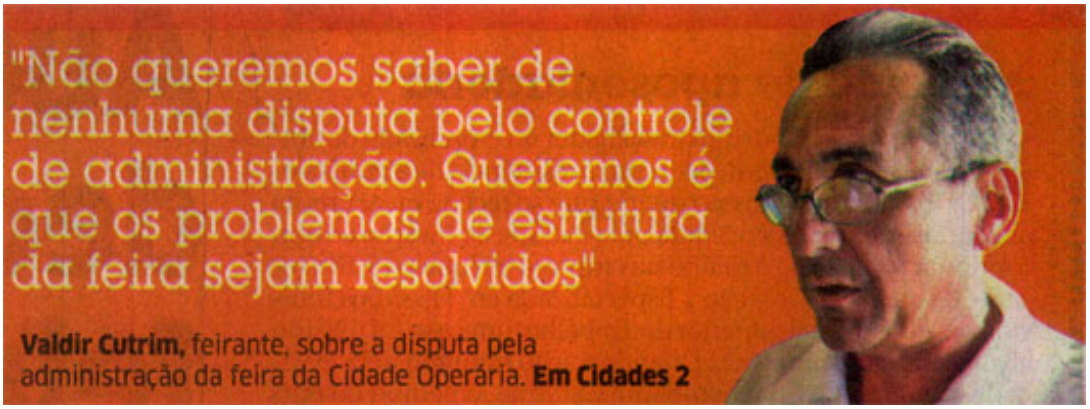
A administração da feira da Cidade Operária, disputada por dois grupos, será decidida pela Justiça hoje, em audiência. O espaço está sujo e cheio de urubus e lixo. **Cidades 2**

Biné Morais



Urubus tomam conta da feira da Cidade Operária, alvo de disputa entre dois grupos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Audiência judicial vai decidir administração de feira na Cidade Operária

Disputa pelo controle do mercado se arrasta há quatro anos e deve ser resolvida hoje, em audiência entre as partes no Fórum Desembargador Sarney Costa

Dois grupos travam batalha pela administração da feira da Cidade Operária há aproximadamente quatro anos, e no meio da disputa estão feirantes e usuários, que têm de conviver em um espaço sujo, cheio de urubus e com muitos problemas. O controle da administração da feira será decidido na Justiça hoje, em uma audiência entre as partes, no Fórum Desembargador Sarney.

A Feira da Cidade Operária, um espaço público ocupado por aproximadamente 800 feirantes divididos em três setores, está em situação crítica. Quem chega ao local se depara com dezenas de urubus, que disputam os restos de carne, peixe e outros alimentos, que são jogados no lixo pelos feirantes.

Biné Morais

Na entrada da feira da Cidade Operária, urubus disputam restos de comida em meio a carros estacionados

No interior da feira, há muita sujeira. Cães e gatos à procura de alimento são comuns no local. E se não bastassem os muitos problemas do mercado, o controle da administração ainda está sendo alvo de uma intensa batalha, que já dura quatro anos e agora será decidida na Justiça.

Em 2008, o grupo formado pela Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária realizou uma eleição para que fosse escolhida a nova administração da feira, pois a que está ocupando o cargo já estava com o mandato vencido. Após eleição para a nova administração, a cooperativa, liderada pelo feirante Josivan da Cruz Moraes Gonçalves, deu entrada na reintegração de posse da administração da feira.

Josivan Cruz afirmou que o atual administrador, identificado como Moisés, teria falsificado uma ata na qual constaria a assinatura de todos os feirantes que lhe dão o direito de continuar administrando a feira.

"Moisés falsificou esse documento. Todas as assinaturas que constam na ata estão com a mesma caligrafia, ou seja, foi a mesma pessoa que assinou por todos os feirantes, e isso não pode. É crime", disse Josivan Cruz.

> "Todas as assinaturas que constam na ata estão com a mesma caligrafia"
>
> **Josivan Cruz**, presidente da Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária

O Estado procurou a atual administração da feira. No entanto, no local estava apenas uma auxiliar administrativa, que afirmou não poder se pronunciar sobre o assunto, e que Moisés não se encontrava.

Josivan Cruz, que está à frente da Cooperativa dos Feirantes da Cidade Operária e reclama a posse da administração, alegou que, quando estava à frente do mercado, cada feirante pagava a taxa fixa de R$ 22,00, e o dinheiro arrecadado era utilizado na limpeza, segurança e reparos do local. Segundo ele, hoje nem todos pagam a taxa e a o valor arrecadado para utilização dos banheiros, que era de R$ 0,25 e aumentou para R$ 0,50, e que eles só ficam abertos até as 16h, embora o horário de funcionamento da feira seja até as 18h.

Outro grupo - O presidente da cooperativa disse ainda haver um terceiro grupo que administra somente a parte do estacionamento que foi invadida por cerca de 100 feirantes há aproximadamente um ano.

Uma desses feirantes é Jacinta Leandra Lima, que armou uma barraquinha para venda de legumes e temperos no estacionamento. Ela ressaltou que antes trabalhava em um boxe dentro da feira e que além da taxa ainda pagava mensalmente R$ 80,00 de aluguel ao proprietário do espaço.

"Preferi vir vender aqui fora. Lá dentro estava muito sujo e eu já não aguentava mais essa briga. Também não estava mais dando para pagar o aluguel e a taxa", disse Jacinta Leandra Lima, de 50 anos.

No meio da briga entre vários grupos pelo controle da administração da feira estão os feirantes. Muitos afirmam não estar do lado de nenhum grupo. "A feira vive largada desse jeito e esse povo disputando a administração. Eu raramente vejo esse Moisés aqui. A verdade é que, se não fosse o esforço de nós, feirantes, essa feira já tinha sido fechada", comentou o dono de um açougue no interior da feira, Valdir Cutrim, de 55 anos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sejap prepara transferência de presos provisórios de presídio de Pedreiras

Detentos serão levados para penitenciárias das cidades de Bacabal, Santa Inês e Rosário

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o fim deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município, foi definida em reunião, realizada segunda-feira (27), entre o secretário da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; a juíza da Comarca de Pedreiras, Gabriela Everton; a promotora da cidade, Lana Barros Pessoa, e representantes da Apac.

O superintendente de Estabelecimentos Penais do Interior, Afrânio Feitosa, disse que os internos serão transferidos para a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, a de Santa Inês e o estabelecimento de Rosário.

Para dar início às transferências, Afrânio Feitosa disse que, até o fim deste mês, entre 10 a 20 internos serão levados para a unidade carcerária de Bacabal. Na ocasião, foi discutida a melhor forma de funcionamento do método Apac. Criada com o objetivo de devolver a dignidade e promover a ressocialização dos presos, o método atua com ações voltadas para presos sentenciados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ouvidoria do TJ faz audiência na Cohab

A demora na resolução de processos judiciais é uma das principais reclamações da população de São Luís, que busca a Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) para a resolução desse problema. Para aproximar ainda mais o órgão das pessoas, a Ouvidoria do Poder Judiciário realizou na manhã de ontem, no Centro Social Comunitário da Cohab (CSU), uma audiência pública para coletar reclamações, denúncias e sugestões dos moradores, que ajudem a melhorar os serviços oferecidos pelo judiciário maranhense.

Todas as reclamações e sugestões apresentadas durante a audiência foram encaminhadas aos setores competentes no âmbito do poder judiciário para serem respondidas o mais breve possível.

"A Ouvidoria é uma unidade administrativa do tribunal que oferece mais um serviço para a população. Essa audiência pública é uma iniciativa da nova gestão do desembargador Lourival Serejo, que tem cada vez mais levado o magistrado à população, para que as pessoas se sintam mais à vontade em fazer as suas reclamações", destacou o coordenador da Ouvidoria do TJ, René Carvalho Bayma.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Delegados expõem na CGJ inquérito sobre grilagem de terras

Magistrados ouviram da comissão explanação de como funcionava a ação dos grileiros na Ilha

Em reunião realizada na tarde de segunda-feira (27), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a delegada-geral da Polícia Civil, Maria Cristina Meneses, o superintendente de Polícia Civil da capital, Sebastião Uchoa, os delegados que integram a comissão que investiga os crimes de grilagem de terras nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa fizeram uma ampla explanação sobre o andamento do inquérito à juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Alice Prazeres, que representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e os magistrados dos três municípios.

O delegado que preside a comissão, Carlos Alberto Damasceno, ilustrou suas explicações por meio de slides, mostrando a genealogia do crime de grilagem principalmente nas áreas do Araçagi e Maioba, que data de 1979, com respaldo dos cartórios onde ocorriam as fraudes nas documentações. Além do delegado Damasceno, compõem a comissão os delegados Joviano Furtado e Pedro Adriano.

"Os lotes eram comercializados seguidas vezes para várias pessoas, sem que os compradores pudessem tomar posse dos imóveis", disse o delegado Damasceno, que também relatou que muitos loteamentos detinham mais de uma matrícula.

Já o delegado Sebastião Uchoa ressaltou que estão sendo realizadas as últimas perícias documentais em livros de cartórios para a conclusão do inquérito.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

VAI FEDER!

O delegado que preside a comissão, Carlos Alberto Damasceno, ilustrou suas explicações através de slides, mostrando a genealogia do crime de grilagem principalmente nas áreas do Araçagi e Maioba, que data de 1979, com respaldo dos cartórios onde ocorriam as fraudes nas documentações.

Delegados que investigam grilagem expõem andamento do inquérito

Em reunião realizada na tarde de segunda-feira (27), no auditório do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a delegada-geral da Polícia Civil, Teresa Cristina Menezes, o superintendente de Polícia Civil da Capital, Sebastião Uchoa, os delegados que integram a comissão que investiga os crimes de grilagem de terras nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, fizeram uma ampla explanação sobre o andamento do inquérito à juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Alice Prazeres, que representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, e aos magistrados dos três municípios.

Além do delegado Damasceno, também compõem a comissão os delegados Joviano Furtado e Pedro Adriano. "Os lotes eram comercializados seguidas vezes para diversas pessoas, sem que os compradores pudessem tomar posse dos imóveis, porque havia a interferência de 'jagunços' e só virava proprietário quem os grileiros queriam", disse o delegado Damasceno. O delegado também relatou que muitos loteamentos detinham mais de uma matrícula.

Os delegados que investigam crimes de grilagem

"É uma tarefa árdua, que exige muita paciência, porque o crime de grilagem nesses municípios é algo que nunca tínhamos visto antes", destacou o delegado Sebastião Uchoa, garantindo que o inquérito está em fase conclusiva.

Uchoa ressaltou que estão sendo realizadas as últimas perícias documentais em livros de cartórios, enfatizando que várias pessoas já prestaram depoimentos. Ele disse ser importante esse contato com a Justiça, para que a magistratura tenha amplo conhecimento do andamento da peça informativa.

MORTE DO EMPRESÁRIO – O delegado Sebastião Uchoa acrescentou, ainda, que o fio do novelo que provocou a descoberta dessa meada de crimes imobiliários foi puxado após o assassinato do empresário Maggion Lanyere Ferreira Andrade, executado a tiros na manhã de 14 de outubro de 2011, no Araçagi.

Participaram da reunião os juízes Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, Marcio José Carlos Martins Costa, da 3ª Vara de São José de Ribamar, Ana Cristina Araújo, que responde pela 2ª Vara de São José de Ribamar, Vanessa Clemente Sousa, da 2ª Vara de Paço do Lumiar, e Joelma Sousa Santos, do Juizado Especial de Paço do Lumiar, e Rafaella Saif, juíza da comarca de Raposa.

De acordo com a juíza Alice Prazeres, os delegados fizeram uma boa explanação dos fatos relacionados ao inquérito que apura irregularidades em registros públicos, mostrando a real situação da investigação ao Poder Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PEDREIRAS

Detentos provisórios serão transferidos

A reunião que decidiu sobre o assunto

Os 70 internos provisórios da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Pedreiras serão transferidos, até o final deste ano, para estabelecimentos penais de outros municípios maranhenses. A decisão, que tem como finalidade permitir que o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) seja implantado de forma total neste município, foi definida em reunião, realizada segunda-feira (27), entre o secretário de Estado da Justiça e Administração Penitenciária, Sérgio Tamer; a juíza da Comarca de Pedreiras, Gabriela Everton; a promotora da cidade, Lana Barros Pessoa; e representantes da Apac.

O superintendente de Estabelecimentos Penais do Interior, Afrânio Feitosa, disse que os internos serão transferidos para a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Bacabal, a de Santa Inês e o estabelecimento de Rosário.

Para dar inicio às transferências, Afrânio Feitosa disse que, até o final deste mês, entre 10 a 20 internos serão levados para a unidade carcerária de Bacabal. Na ocasião foi discutida a melhor forma de funcionamento do método Apac. Criada com o objetivo de devolver a dignidade e promover a ressocialização dos presos, o método atua com ações voltadas para presos sentenciados.

A juíza de Pedreiras, Gabriela Everton, destacou que após a remoção dos detentos, o prédio será organizado para que o método Apac seja aplicado em sua totalidade seguindo os moldes de Minas Gerais, onde a filosofia Apac nasceu.

Gabriela Everton declarou que a Apac vai poder fazer um trabalho ainda mais eficaz. "Será feito uma ação efetiva de recuperação do apenado", pontuou. Para a promotora Lana Barros falou que a reunião foi muito positiva. Segundo ela, foi concretizada uma nova realidade pela qual a Apac passará. "Temos a certeza de que o método Apac será definitivamente implantado em Pedreiras", ressaltou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Obrigação do Estado

A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça manteve ontem a sentença de juizado de primeiro grau que obriga o Estado a oferecer transporte gratuito aos estudantes da rede pública de ensino da zona rural da região tocantina. Em caso de descumprimento multa de R$ 10 mil diária.

O relator do processo, desembargador Marcelo Carvalho Silva, entendeu que "o direito à educação é garantido constitucionalmente, cabendo ao Estado assegurar condições para o acesso e a permanência de alunos na escola, o que dá ensejo à necessidade de fornecer transporte escolar gratuito, de forma satisfatória", afirmou.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Ribeiro sai em defesa de família de comerciantes ameaçada de despejo

O deputado Manoel Ribeiro defendeu ontem, na Assembeia Legislativa, uma família humilde que há mais 20 anos vende frutas e aves em uma barraca no retorno do Olho d'Água. Segundo Ribeiro, a família está sendo ameaçada de despejo e demolição por uma empresa de fora, que se estabeleceu nas proximidades da barraca de frutas, montando a lanchonete Giraffas.

"Não é possível que uma empresa alienígena expulse uma família humilde, que garante seu sustento trabalhando honestamente. O que o Giraffas quer, na realidade, é tomar o terreno para ocupá-lo com estacionamento", denunciou.

O parlamentar adiantou que já acionou sua assessoria jurídica para defender a família. Foram pedidos documentos do processo que tramita na justiça, pedindo a demolição da barraca. Um juiz teria concedido liminar em favor do Giraffas.

Em aparte, o deputado Jota Pinto (PR) lembrou que, pessoalmente, já defendeu a família da demolição da barraca e da expulsão do local, que seria feita no começo deste ano pela Prefeitura de São Luís, por meio da "Blitz Urbana".

Jota Pinto conta que ia passando no retorno do Olho d'Água, quando as escavadeiras se preparavam para demolir a barraca. "A ação da Blitz Urbana só foi contida porque eu fiquei embaixo da barraca e liguei para a deputada Gardênia Castelo para denunciar a agressão", disse.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Moradores da Cohab relatam problemas e morosidade processual em audiência

Denúncias relacionadas à pedofilia, bullying e morosidade processual foram tratados pelo desembargador Lourival Serejo, coordenador da Ouvidoria do Poder Judiciário, na audiência pública no Centro Social Urbano da Cohab, ontem (28), com lideranças comunitárias do bairro e comunidades vizinhas.

Os moradores relataram situações de abusos nas áreas dos direitos à saúde e educação, relações de consumo, meio ambiente, infância e adolescência e fizeram reclamações direcionadas ao poder público e ao Tribunal de Justiça. As reclamações foram feitas publicamente e por escrito.

Segundo o ouvidor, o trabalho da Ouvidoria de ir aos bairros ouvir os moradores demonstra nova atitude da magistratura de romper o isolamento e a distância dos gabinetes, admitir erros, ouvir a população e dar resposta às suas reclamações. "A ética exige de nós servir mais e melhor e participar da vida da comunidade, sem formalidades", explicou Serejo.

José Carlos Ferreira, residente no Jardim Araçagi, reclamou da demora na sentença judicial no Juizado local em um processo movido há cinco anos contra a General Motors. O casal comprou um veículo em 2006, e, com menos de seis meses, o carro teve o eixo danificado e o casal foi obrigado a pagar o conserto, após a recusa da montadora em arcar com as despesas. "Eu só quero que o meu problema tenha solução", disse a esposa Januária.

Uma professora do parque Aurora transmitiu ao desembargador a preocupação dos pais de dois internos da Funac do Anjo da Guarda, que foram ameaçados de morte pela família de um agressor acusado de pedofilia contra esses e outros meninos no município de Paulino Neves. "Essa denúncia deve ser feita ao Conselho Tutelar e ao ministério Público estadual", orientou o desembargador.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Condenado por assalto é preso no Porto de Mocajituba

POR GABRIELA SARAIVA

Agentes da Polícia Interestadual (Polinter) prenderam, por volta das 9h30 de ontem, no Porto de Mocajituba, em Paço do Lumiar, Haroldo Santana Oliveira Júnior, conhecido como "Júnior da Mata", de 31 anos. Ele estava com mandado de prisão decretado pela Justiça por ter sido condenado pela prática de um assalto, no ano de 2007.

De acordo com a polícia, Haroldo é natural de Brasília, onde também cumpriu pena por assalto. Ele foi condenado, em outubro de 2011, a sete anos e seis meses de prisão, acusado de assaltar, junto com outros comparsas, uma residência no Bairro do Itapiracó. Na época, eles invadiram o local, fizeram a família de refém e depois fugiram com vários objetos.

Segundo a polícia, Haroldo ainda chegou a ser preso, tempos depois da prática criminosa, mas conseguiu fugir de dentro de uma viatura. Condenado pelo assalto no Itapiracó, ele teve a prisão expedida, no dia 5 de junho de 2012, pelo juiz José dos Santos Costa, da 4ª Vara Criminal.

Haroldo, atualmente, reside em um sítio, localizado na Rua Humberto de Campos, nº 1, Porto do Mocajituba (Paço do Lumiar), local onde também foi preso. Conforme informações repassadas pela equipe de captura da Polinter, no momento da prisão ele foi flagrado dormindo em uma rede, sob efeito de drogas.

A polícia chegou até o acusado depois de receber informações repassadas pelo Disque-Denúncia (3223-5800). No local, os agentes foram informados que Haroldo tinha o costume de furtar pertences dos moradores do sítio para comprar drogas. Depois de preso, ele foi apresentado ao delegado Alberto Wagner Santos Costa e, em seguida, encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas.

G. FERREIRA

Haroldo Santana continuava roubando para manter o vício

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE BARREIRINHAS

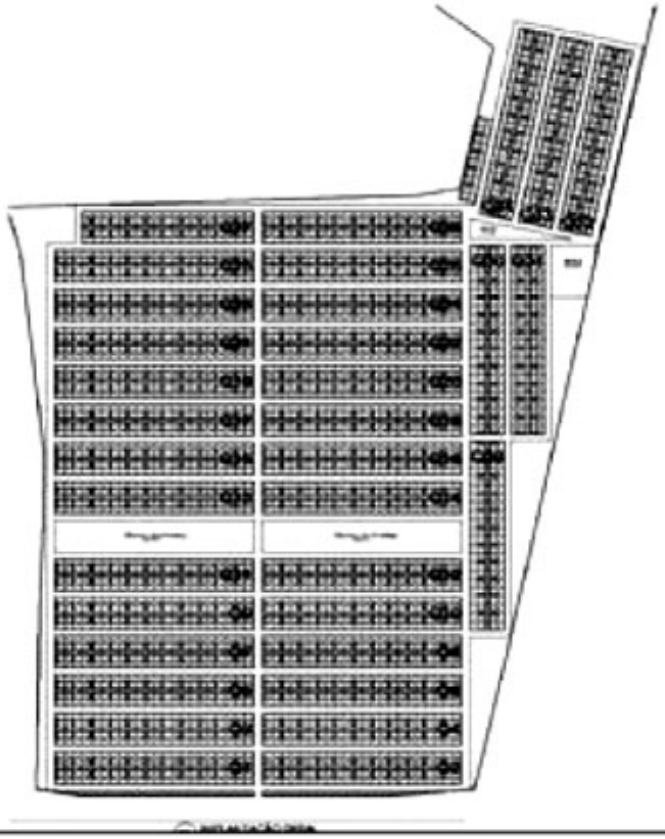
EDITAL

Fabio Costa Rodrigues, Titular e Registrador do Cartório de Ofício Único de Barreirinhas, Estado do Maranhão.

FAZ SABER em público, para ciência dos interessados em cumprimento ao disposto no art. 19, parágrafo 3° da Lei n° 6.766, de 19-12-1979, que por parte de MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS, inscrito no CNPJ sob o n° 06.217.954/0001-37, situado na Avenida Principal do bairro Bom Futuro, zona urbana deste Município, foram depositados neste Cartório de Barreirinhas, localizado na Avenida Brasília, nº 224, Centro, nesta cidade, o memorial descritivo, a planta e demais documentos relativos ao imóvel situado na zona urbana desta Cidade, denominado "BOM FUTURO", com 425.856,48m² de terras, matriculado sob n° 2.407, ficha 01 do livro n° 2 de Registro Geral de Imóveis, em 20-07-2011, para ser loteado da seguinte forma: Denominação: Loteamento RESIDENCIAL MUNDICO COSME; Localização: Bom Futuro, atualmente situado na zona urbano desta Cidade; Área verde: 143.641,10m² Área institucional: 17.119,21m². Área residencial: 188.970,00m². Área de ruas: 80.772,58m². Área de passeios: 14.755,39m². Área total: 424.257,28. Área do loteamento: Quantidade de lotes: 1.500. Quantidade de quadra: 34. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do imóvel a ser a loteado, deverá ser apresentadas dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação do presente edital. Findo o prazo e não havendo nenhuma reclamação, será feito o registro do Loteamento, ficando os documentos em Cartório, à disposição dos interessados.

Barreirinhas (MA), 23 de agosto de 2.012.

Fabio Costa Rodrigues
Interino Titular da Serventia Extrajudicial de Barreirinhas/MA



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comerciante foragido é condenado a 14 anos de prisão pela morte da ex-mulher

A 2ª Vara do Tribunal do Júri da capital condenou na última quinta-feira (23), o comerciante José de Ribamar Pereira, conhecido por José de Matias, 55 anos, natural de São Luís (MA), a 14 anos de prisão pela prática de homicídio qualificado contra a ex-mulher, Jozerlita Cavalcante Costa.

O crime foi cometido em 26 de outubro de 1993, por volta das 10h30, após o acusado ter discutido com a vítima, ex-cobradora de ônibus e com 30 anos na época, no interior da própria residência do casal, no Bairro da Jordoa, e motivado por ciúmes. O feirante assassinou a ex-companheira com vários golpes de faca peixeira, não possibilitando a ela nenhuma chance de defesa. Em seguida, evadiu-se do local.

Segundo relatos dos familiares, desde o ano do crime, o réu encontra-se foragido, possivelmente no estado do Pará, e, por esse motivo, não compareceu a nenhum dos dois júris marcados anteriormente, o que prejudicou a realização do julgamento, em um intervalo de tempo menor.

Durante a sessão do tribunal do júri, o promotor de justiça, Rodolfo Soares dos Reis, levantou a tese de que o réu teria praticado homicídio qualificado, por motivo fútil e utilizando recursos que impossibilitaram a defesa da vítima. Já a Defensoria Pública defendeu a hipótese de "desclassificação de homicídio qualificado para homicídio simples privilegiado", segunda a qual, o réu teria cometido o crime sob domínio de fortes emoções e motivado por injusta provocação da vítima.

A presente sessão do júri foi presidida pelo magistrado José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, que encontra-se respondendo pela 2ª Vara do Tribunal do Júri da capital, cujo titular é o juiz Gilberto de Moura Lima.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Adiado júri de acusado de participar da execução do delegado Stênio

A 2ª Vara do Tribunal do Júri da capital havia marcado para amanhã (30), 30, no Salão de Júri (1º andar do anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa), o julgamento de Máximo Moura Lima, acusado de participação na trama que culminou com a execução do delegado Stenio Mendonça. O réu é o último dos envolvidos no crime a ir a julgamento. O juiz designado para presidir a sessão é José Ribamar D'Oliveira Costa Júnior, juiz auxiliar respondendo pela unidade.

Entretanto, em virtude da licença para tratamento de saúde do promotor Willer Siqueira Mendes Gomes, o julgamento não irá mais acontecer na data prevista. Em portaria, o juiz observa a impossibilidade de designação de outro promotor para atuar na sessão.

Sobre o caso – De acordo com o relatório dos autos emitido pela 2ª Vara do Tribunal do Júri, Maximo Moura seria o proprietário de um dos veículos utilizados para a execução do delegado. O relatório indica ainda que o veículo era dirigido por Maximo, que se fazia acompanhar pelo também acusado de participação no crime Claudenil de Jesus Silva, o Japonês. Aos dois caberia o monitoramento de Stenio Mendonça e o apoio aos executores do delegado, inclusive dando-lhes fuga, caso necessário.

Stenio Mendonça foi morto a tiros de revolver disparados por José Vera Cruz Soares Fonseca, o Cabo Cruz no dia 25 de maio de 1997, por volta das 11h30, na Praça do Pescador, na Avenida Litorânea. Acompanhava o executor José Rodrigues da Silva, o Zé Júlio, que, empunhando uma pistola, propiciou meios para facilitar a execução.

O motivo seria uma investigação em andamento feita pelo delegado para desvendar o desaparecimento de uma carreta ocorrido em Santa Luzia do Tide (MA). A carreta teria sido localizada e apreendida pelo delegado em um imóvel pertencente a outro acusado pelo crime, Joaquim Lauristo, e ocupado pelo então deputado Francisco Caíca Uchôa Marinho, o Chico Caíca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação